

Brasília vive a ameaça dos incêndios

9 MAR 1989

BRASÍLIA — Aos 29 anos de idade, a arquitetura da cidade planejada por Oscar Niemeyer está sofrendo de envelhecimento precoce. Nada menos que 70% dos prédios de Brasília foram construídos na década de 60 e a maior parte mantém seus sistemas de segurança contra incêndio em condições precárias. Os edifícios que abrigam os ministérios da Saúde, Fazenda, Educação, Relações Exteriores e Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, além do Anexo II do Senado, não têm sequer o *habite-se*, documento expedido pelo Corpo de Bombeiros que atesta a segurança do prédio.

“Há edifícios que são pontos críticos para o Corpo de Bombeiros”, explica o tenente-coronel Edmilson Fonseca, diretor de Serviços Técnicos da corporação. Em uma cidade dominada por repartições públicas, enquadra-se como prédio de risco o Edifício Central Brasília, sede do Ministério da Cultura. O sistema preventivo de incêndio do prédio não passou por qualquer manutenção e não existem escadas de emergência.

É também o caso do edifício de 60 mil metros quadrados em que está instalado o Departamento de Imprensa Nacional (DIN), do Ministério da Justiça. Todo o sistema preventivo está desativado e até mesmo o registro está emperrado. Em caso de incêndio, não haveria a menor chance de salvar os milhares de livros e publicações do museu e da biblioteca.

Na Esplanada dos Ministérios, formada por 17 prédios de nove andares, embora sejam feitas fre-

quentes vistorias pelo Corpo de Bombeiros, alguns ministérios não têm sequer o laudo para *habite-se* — documentação fornecida pela Secretaria de Viação e Obras na época da conclusão do prédio. Nesse caso, enquadram-se os ministérios da Saúde, Fazenda, Educação, Relações Exteriores e do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia. As plantas destes prédios em poder do Corpo de Bombeiros são de quase 20 anos atrás e todas as modificações feitas desde então — da colocação de divisórias à instalação de computadores e máquinas elétricas — não constam do projeto.

Como a Central de Informática do Corpo de Bombeiros ainda está sendo instalada, não há um mapa seguro dos prédios a ser utilizado em caso de incêndio. Um caso típico da desinformação ocorreu em 1969, quando os bombeiros invadiram o sétimo andar do Ministério da Fazenda, para apagar um princípio de incêndio, e se depararam com uma creche. Não consta da planta, muito menos, o salão de beleza improvisado que funciona no subsolo do Ministério da Previdência — onde deveria estar um depósito de materiais de escritório — ou o minimercado do subsolo do Ministério das Comunicações.

Entre os cerca de 80 prédios que formam a zona central de Brasília — setores comercial e bancário — estão também muitos edifícios particulares de alto risco de incêndio. O Edifício JK, por exemplo, formado por 14 pavimentos, não tem sequer um projeto no Corpo de Bombeiros. A única escada de incêndio é interna e em espiral, o material de

combate a fogo é obsoleto e as mangueiras de água não se encaixam nas entradas apropriadas. Outro prédio de alto risco é o Edifício Palácio da Agricultura, adquirido nos últimos dias da gestão do deputado Leopoldo Bessone (PMDB-MG) à frente do extinto Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), em dezembro, por Cz\$ 9,4 bilhões.

Nas 12 mil vistorias feitas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal no ano passado, diversos cinemas da cidade foram enquadrados. No Setor de Diversões Sul, todos os cinemas foram notificados por terem o prazo das cargas dos extintores vencido, portas de emergência trancadas, entre outras irregularidades.

Além disso, a maioria dos prédios, revestidos de carpetes — material altamente inflamável — e com divisórias de madeira, é terreno fértil para a propagação de fogo, como aconteceu no Ministério da Agricultura, em 1967, onde uma pessoa morreu e dez ficaram feridas. O incêndio mais recente, causado por um curto-circuito, queimou todo o prédio que abrigava o extinto Ministério da Habitação e Urbanismo, em outubro do ano passado.

Outro problema é que, contrariando o Decreto 11.258, de 16 de setembro do ano passado, poucos edifícios mantêm uma brigada contra incêndio de forma regular, sobrecrecendo os 3.500 homens do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que receberam no ano passado 4.058 chamadas, ou seja, mais de 11 por dia.